

VALORES TEMPORAIS DAS ORAÇÕES COM *QUANDO*

LUÍS FILIPE ALVÃO SERRA LEITE DA CUNHA
(Universidade do Porto)

Embora perfeitamente conscientes da grande complexidade envolvida nas relações temporais que se estabelecem entre as orações subordinadas introduzidas por *quando* e as orações principais que com elas co-ocorrem, procuraremos dar conta, ainda que de uma forma muito breve, de algumas das dificuldades mais relevantes que tais estruturas nos colocam. Tentaremos ainda, com base nas observações efectuadas, fornecer certas pistas que possam conduzir a um tratamento semântico adequado para estas expressões.

Se, por um lado, tal como, de resto, Carecho (1996) observa, é certo que as orações temporais introduzidas por *quando* parecem ter a capacidade de localizar as eventualidades das orações principais com que ocorrem de um modo muito variável, podendo exprimir anterioridade, simultaneidade ou posterioridade (cf. (1)), não deixa de ser verdade, por outro, que é possível surpreender algumas regularidades interessantes no comportamento linguístico deste tipo de estruturas. Por exemplo, na ausência de certo tipo de relações extra-temporais (que podem derivar da estrutura das eventualidades em causa, de princípios pragmáticos ou mesmo do nosso conhecimento do mundo), os eventos parecem obter, preferencialmente, uma leitura sequencial, em que, invariavelmente, o evento da oração subordinada precede o da principal (cf. (2)).

- (1) a. Quando construíram a nova ponte, contrataram arquitectos famosos.
b. Quando construíram a nova ponte, usaram materiais de má qualidade.
c. Quando construíram a nova ponte, despediram todos os trabalhadores.
- (2) a. Quando a Maria entrou, o João saiu.

- a.' Quando o João saiu, a Maria entrou.
- b. Quando o leão rugiu, as gazelas fugiram.
- b.' Quando as gazelas fugiram, o leão rugiu.
- c. Quando bateu com o carro, o Jorge enfureceu-se.
- c.' Quando se enfureceu, o Jorge bateu com o carro.

Como será possível conciliar estes (e outros) dados, aparentemente tão díspares? Como veremos mais tarde, a comparação deste tipo de relações temporais com aquelas que ocorrem nas sequências discursivas poderá projectar alguma luz sobre o problema. Por agora, porém, importa discutir um pouco propostas como a de Carecho (1996), baseada em Moens (1987), por forma a averiguar até que ponto se mostram adequadas aos dados aqui representados.

1. A Proposta de Carecho (1996)

A proposta de Carecho (1996) procura dar conta das relações de localização temporal despoletadas pelas orações introduzidas por *quando*, tomando como ponto de partida a caracterização aspectual das eventualidades envolvidas. Segundo a autora, a oração subordinada localiza o estado de coisas da oração principal através das diversas possibilidades de fixação do seu intervalo nas diferentes "fases" disponibilizadas pela situação relevante.

Quando estão envolvidas predicacões estativas, estas geralmente incluem os eventos com que co-ocorrem (cf. (3)a,b) ou se sobrepõem a outros estados (cf. (3)c), o que, desde já, remete para o seu comportamento no discurso, tal como Kamp e Reyle (1993) o concebem. (Ignoramos, por agora, outros casos menos típicos, aliás já notados por Carecho, que discutiremos ao longo das próximas secções).

- (3) a. Quando o Rui estava doente, a Maria visitou-o.
- b. Quando a Maria entrou, o João dormia.
- c. Quando o Zé era jovem, gostava de aviões.

Quanto ao tratamento das construções envolvendo eventos, Carecho (1996) propõe, na sequência de trabalhos como o de Moens (1987), que a sua estrutura "fásica" se constitua como potencial localizadora dos tempos dos eventos da oração principal. Assim, em frases como (1)b, o intervalo da oração principal seria localizado no Processo Preparatório da situação descrita pela subordinada, enquanto em (1)c a fase requerida seria o Estado Consequente.¹

Adicionalmente, Carecho postula a existência de relações de tipo pragmático, designadas genericamente como de "consequencialidade"², que condicionam, em certa medida, algumas das ligações que se estabelecem entre os eventos nestas construções. Com efeito, factores como o nosso conhecimento do

mundo parecem desempenhar um papel relevante para a interpretação de tais estruturas. Por outro lado, a adopção de condições deste género permite resolver alguns problemas importantes, como o de dar conta da localização de eventos em intervalos posteriores a situações que não incluem no seu esquema "fásico" um Estado Consequente, como sucede com os processos (quando não sofrem transições na Rede Aspectual, dando origem a leituras "incoativas", i.e., convertendo-se em culminações) e com os pontos, tal como ilustrado nos exemplos de (4) (cf. a definição que Carecho nos dá para a relação de "response" em 2.1.4).

- (4) a. Quando o João riu, todos olharam para ele.
 b. Quando a Maria escorregou, segurou-se a uma árvore.
 c. Quando a bomba explodiu, o João assustou-se.
 d. Quando a Ana bateu à porta, a Maria correu para a janela.

Se uma teorização como esta parece responder satisfatoriamente à grande maioria dos problemas que as estruturas com *quando* nos colocam, nada nos diz, no entanto, acerca dos contrastes apresentados em (2): como explicamos uma leitura preferencial de sucessividade quando ocorrem dois eventos que não ostentam um relacionamento muito marcante entre si, para além do que resulta da mera localização temporal (i.e., eventos que não podem manter uma relação de subevento ou de causalidade unívoca explícita, por exemplo)?

O carácter preferencial da relação de sucessividade, tal como nos surge em exemplos como os de (2), parece aproximar, em certa medida, as orações subordinadas que temos vindo a analisar do comportamento que Kamp e Reyle (1993) observam, em dados contextos, para as ligações entre eventos no discurso, o que nos levou a colocar a hipótese de que, em casos como os acima referidos, poderemos estar perante relações muito semelhantes àquelas que se estabelecem em frases que se sucedem linearmente no discurso, na ausência de quaisquer relações de subordinação. Para testar uma tal hipótese torna-se necessário comparar sistematicamente as estruturas envolvendo a localização temporal por meio da subordinação com *quando* com discursos idênticos em que tal elemento não comparece. Tais estruturas terão que manifestar correspondência, em termos de localização temporal, não só nos casos de sucessividade, (cf. (2)), mas também naqueles em que a relação é de outra natureza, como os que são apresentados em (1). A confirmar-se esta afinidade, os princípios gerais que regem as conexões discursivas poderiam ser alargados, de uma certa forma, às estruturas de localização temporal envolvendo *quando*, o que constituiria, em nossa opinião, uma generalização bastante interessante, para além de contribuir, muito provavelmente, para a clarificação do papel e do estatuto destas orações.

2. Comportamento dos Tempos Gramaticais nas Construções de Localização Temporal Com *Quando*

A grande proximidade que parece existir entre as relações de localização temporal presentes em construções com *quando* e aquelas que surpreendemos na mera ordenação de situações requer uma observação mais atenta. Com efeito, os padrões de comportamento linguístico, a nível temporal, ostentados por estas estruturas revelam semelhanças importantes: por um lado, tal como Kamp e Reyle (1993), Cap. 5, sugerem, a relação de sucessividade entre eventos parece predominar; por outro, tal como Oliveira (1994), 2., refere, esta relação não é obrigatória, surgindo outros tipos de conexões temporais entre eventos no contexto discursivo.

A confrontação dos exemplos de (5), em que comparecem orações subordinadas com *quando* com os de (6), em que existe simples ordenação de eventos, ilustra bem esta ligação íntima que temos vindo a defender: a localização da oração principal, relativamente à subordinada com *quando* parece corresponder, aproximadamente, à da segunda frase dos exemplos de (6):

- (5) a. Quando construíram a nova ponte, contrataram arquitectos famosos.
 b. Quando construíram a nova ponte, usaram materiais de boa qualidade.
 c. Quando construíram a nova ponte, despediram todos os trabalhadores.
 d. Quando o João entrou, a Maria saiu.
 e. Quando a Maria saiu, o João entrou.
 f. Quando o leão rugiu, as gazelas fugiram.
 g. Quando as gazelas fugiram, o leão rugiu.
- (6) a. Construíram a nova ponte; contrataram arquitectos famosos.
 b. Construíram a nova ponte; usaram materiais de boa qualidade.
 c. Construíram a nova ponte; despediram todos os trabalhadores.
 d. O João entrou. A Maria saiu.
 e. A Maria saiu. O João entrou.
 f. O leão rugiu. As gazelas fugiram.
 g. As gazelas fugiram. O leão rugiu.

Parece, com efeito, existir uma certa correspondência, em termos de localização temporal, entre os exemplos apresentados: em a., tanto a oração principal de (5) como a segunda frase de (6) são interpretadas, preferencialmente, como anteriores ao evento da subordinada temporal ou da primeira frase; nos casos de b., a interpretação tipicamente escolhida é a de simultaneidade e nos restantes exemplos, a relação que se verifica é a de posterioridade.

Será possível surpreender regularidades no que respeita a estas correspondências? Sob que circunstâncias? Qual poderá ser o seu impacto no tratamento das orações subordinadas introduzidas por *quando*? Uma resposta adequada a tais questões terá que passar pela análise de mais exemplos em que compareçam outros Tempos Gramaticais e diferentes Classes Aspectuais de predicções, que nos ajudem a compreender melhor o alcance das regularidades existentes. Tentaremos, ainda que muito brevemente, reflectir sobre alguns desses casos. Embora não nos seja possível, neste momento, dar respostas muito concretas às questões colocadas, procuraremos fornecer algumas pistas que a elas possam conduzir.

2.1. Os Tempos do Passado

Iniciaremos a nossa análise comparativa das estruturas envolvendo *quando* com as anáforas temporais no discurso pelas construções que apresentam Tempos Gramaticais do passado, concentrando a nossa atenção sobretudo nas frases que envolvem Pretérito Perfeito e Pretérito Imperfeito, mas fazendo referência, igualmente, a outros casos relevantes.

2.1.1. O Pretérito Perfeito

Em termos muito gerais, quando dois eventos, num dado discurso, comparecem em predicções com o Pretérito Perfeito, estabelecem entre si, preferencialmente, uma relação de sucessividade, tal como Kamp e Reyle (1993) notam. Este fenómeno, como vimos, parece estender-se às construções temporais envolvendo *quando* (cf. (2)). Não poderá, contudo, ser a mera ordenação das orações que, neste caso, determina a sucessividade dos eventos. Os exemplos (7) e (8) ilustram bem este facto: mesmo quando a oração temporal introduzida por *quando* surge depois da oração principal, a relação entre ambas parece manter-se inalterada.

- (7) a. Quando escreveu a tese, o João viajou para Paris.
 b. Quando viajou para Paris, o João escreveu a tese.
 c. Quando o João adormeceu, a Maria apagou a luz.
- (8) a. O João viajou para Paris quando escreveu a tese.
 b. O João escreveu a tese quando viajou para Paris.
 c. A Maria apagou a luz quando o João adormeceu.

Por outras palavras, a função que é tipicamente desempenhada pela primeira frase numa ordenação anafórica de situações parece, neste caso, ser invariavelmente realizada pela oração subordinada introduzida por *quando*, independentemente da posição que ela possa ocupar relativamente à oração principal.

Se, em termos de organização linear do discurso, tal como Kamp e Reyle (1993) propõem para casos como estes, a primeira frase se constitui como Ponto de Referência para a localização da segunda, parece-nos lícito concluir que, paralelamente, a oração subordinada introduzida por *quando* poderá comportar uma função até certo ponto semelhante: a relação preferencial de posterioridade da oração principal relativamente à subordinada explicar-se-ia, por conseguinte, pelo facto de esta servir como Tempo de Referência relativamente àquela.

No entanto, como já referimos, existem casos em que uma tal relação não se verifica. De facto, os exemplos de (1) comprovam que, embora preferencial, a posterioridade da oração principal relativamente à subordinada não é obrigatória, podendo ser estabelecidos outros tipos de relação. A questão principal é a de saber se, em contextos idênticos, as frases linearmente ordenadas no discurso apresentam comportamentos de algum modo análogos. É o que procuraremos explorar em seguida.

Atentemos nos exemplos (9) e (10): em ambas as séries, a localização temporal relativa das eventualidades parece contrária à que temos vindo a discutir. De facto, os eventos incluídos na oração principal, nestes casos, antecedem os da subordinada, o mesmo sucedendo com as situações descritas na segunda frase em relação à primeira.

- (9) a. Quando a Maria se suicidou, atirou-se ao rio Douro.
 b. Quando a Lígia se casou, convidou todos os seus amigos.
 c. Quando o Jorge comprou um carro novo, pediu um empréstimo ao banco.
- (10) a. A Maria suicidou-se. Atirou-se ao rio Douro.
 b. A Lígia casou-se; convidou todos os seus amigos.
 c. O Jorge comprou um carro novo. Pediu um empréstimo ao banco.

Sejam quais forem os processos que determinam a leitura necessariamente anterior das orações principais de (9) e das segundas frases de (10), parece-nos plausível que tenham natureza muito semelhante.³ Isto significa que, mais uma vez, se mantém um certo paralelismo entre estes dois tipos de construções, pelo menos no que diz respeito à ordenação temporal.

Estas observações podem ser aplicadas, de uma forma idêntica, aos exemplos que manifestam a simultaneidade entre eventos: também aqui os factores que induzem uma leitura simultânea das situações em (11) não se afastarão muito daqueles que actuam em (12), já que as relações temporais parecem manter uma certa correspondência.

- (11) a. Quando a Ana deu a sua festa de aniversário, todos dançaram muito.

- b. Quando almoçamos em casa do João, comemos lagosta.
 - c. Quando construíram a ponte nova, usaram materiais de boa qualidade.
- (12) a. A Ana deu a sua festa de aniversário; todos dançaram muito.
- b. Almoçamos em casa do João; comemos lagosta.
 - c. Construíram a ponte nova; usaram materiais de boa qualidade.

Finalmente, importa analisar o comportamento das predicacões estativas neste tipo de contextos. Carecho (1996), 2.1.5, assume que os estados se comportam como eventos quando comparecem com o Pretérito Perfeito. As coisas não funcionam, porém, de um modo assim tão simples. Com efeito, muitos estados despoletam anomalia semântica quando integrados na oração principal. Observem-se os exemplos em (13):

- (13) a. * Quando o tingi, o meu casaco foi verde.
 b. * Quando se naturalizou, o João foi português.
 c. * Quando acabou o liceu, a Lígia soube francês.

Por outro lado, existem estados que, no mesmo contexto, parecem funcionar realmente como eventos, localizando-se, preferencialmente, num tempo posterior ao da situação descrita na oração subordinada. Vejam-se os exemplos de (14):

- (14) a. Quando voltou de África, o João esteve doente.
 b. Quando voltou de África, o João viveu em Paris cinco anos.
 c. Quando chegámos a casa, estivemos a ver os mapas das estradas.

Uma explicação para esta divergência de comportamentos poderá passar pela consideração da diferença entre estados “faseáveis” e não “faseáveis” (cf. Cunha (1998), 1.2), que, embora proposta com uma motivação algo diferente, parece-nos ser perfeitamente aplicável nestes casos. Assim, defenderemos a ideia de que os estados não podem comparecer, em combinação com o Pretérito Perfeito, na oração principal de construções envolvendo *quando*. Isto explicaria os exemplos em (13), mas coloca sérios problemas aos de (14). No entanto, se adoptarmos aqui a ideia de que os estados representados nestas frases são “faseáveis”, i.e., convertíveis em processos, poderemos evitar tal obstáculo: apenas quando convertidos em processos (e manifestando, por conseguinte, um comportamento eventivo) é que tais elementos podem comparecer nos referidos contextos. Este tratamento apresenta a vantagem não só de explicar o contraste entre (13) e (14) mas também de evidenciar o comportamento temporal eventivo

associado às predicções em causa; estamos, de facto, perante processos derivados e não face a estados propriamente ditos.

O comportamento dos estativos que acabámos de observar parece manter-se relativamente inalterado em estruturas de ordenação temporal, como os exemplos de (15) ilustram:

- (15) a. Tingi o meu casaco; * (ele) foi verde.
 b. A Lígia acabou o liceu; * (ela) soube francês.
 c. O João voltou de África; esteve doente (uma semana).
 d. Chegámos a casa; estivemos a ver os mapas das estradas.

Quanto à comparência de estados na oração subordinada introduzida por *quando*, parece-nos bem mais limitada. O contraste anterior não desempenha aqui um papel determinante pois, mesmo com o Pretérito Perfeito, os estativos continuam a manter as suas propriedades características, designadamente a de englobar ou incluir o evento com que comparecem (cf. (16)). Apesar disso, existem muitos casos em que, por razões que não nos cabe aqui explorar, esta classe aspectual é considerada anómala em orações subordinadas introduzidas por *quando* (cf. (17)).

- (16) a. Quando o João esteve doente, a Maria visitou-o.
 b. Quando o João esteve em Paris, conheceu o Mário.
 c. Quando o João foi Presidente, visitou Paris.
 (17) a. ??/* Quando gostou de linguística, o João leu um livro muito interessante.
 b. ??/* Quando a Ana esteve a ler o livro, o João entrou.
 c. ??/* Quando o Jorge esteve cansado, deitou-se a descansar.

Embora talvez de uma forma menos evidente, as relações temporais das frases correspondentes encadeadas na ordenação discursiva mantêm uma certa equivalência com as que acabámos de discutir. É o que podemos verificar em (18):

- (18) a. O João esteve doente. A Maria visitou-o.
 b. O João esteve em Paris; ?? conheceu o Mário.
 c. O João gostou de linguística; * leu um livro muito interessante.
 d. O Jorge esteve cansado. * Deitou-se a descansar.

Em resumo, diremos que, no que diz respeito ao modo de localização de eventos, existe um certo paralelismo entre construções envolvendo *quando* e discursos em que comparece a anáfora temporal, pelo menos quando o Tempo

Gramatical utilizado é o Pretérito Perfeito. As observações efectuadas levam-nos, pois, a admitir a hipótese de que tanto as orações subordinadas em causa quanto as primeiras frases numa simples ordenação suportam uma função temporal próxima: a de funcionarem como Tempo de Referência para as predicções que com elas co-ocorrem. Os factores que determinam o desvio das conexões temporais preferenciais despoletadas por estas estruturas parecem, também, poder ser encarados de uma forma global, já que tais alterações se dão, sensivelmente, em contextos idênticos.

Vejamos, agora, o que se passa em relação a outras interacções possíveis entre Tempos Gramaticais do passado.

2.1.2. Interação entre Pretérito Perfeito e Pretérito Imperfeito

Como se sabe, o Pretérito Imperfeito impõe uma leitura estativa às predicções com que ocorre, sendo este um dos seus principais efeitos ao nível aspectual. Consequentemente, a principal relação que estabelece com eventos no Pretérito Perfeito será a de inclusão, embora determinados factores possam alterar, em certa medida, este princípio geral. A inclusão de um evento associado ao Pretérito Perfeito no estado representado pelo Imperfeito parece acontecer tanto nas construções com *quando* como na simples sucessão de frases no discurso. Procuraremos, aqui, referir alguns dos casos mais interessantes.

Quando a oração subordinada comparece no Pretérito Perfeito e a principal se combina com o Imperfeito, a primeira manifesta quase sempre eventos, enquanto a segunda pode apresentar estados (quer “faseáveis”, quer não “faseáveis”, cf. (19)a,b,c,d), ou eventos convertidos em estados, que tanto podem manifestar “progressão” (cf. (19)e,f) como habitualidade ((19)g,h). (Notemos, de passagem, que os estados, no Pretérito Perfeito em conjugação com uma subordinada, ou induzem uma leitura de sobreposição como em “Quando a Maria esteve doente, tomava chá de limão com mel”, ou conduzem a um qualquer tipo de anomalia semântica como sucede em “* Quando o meu casaco foi verde, vestia-o muitas vezes”).

- (19) a. Quando o João partiu o braço, era ainda muito pequeno.
 b. Quando o comprei, o meu casaco era verde.
 c. Quando a Maria visitou o João, ele estava doente.
 d. Quando a Maria conheceu o João, ele vivia em Paris.
 e. Quando entrei, a Maria dormia/estava a dormir.
 f. Quando o ladrão fugiu, os policiaes jogavam/estavam a jogar cartas.
 g. Quando a Maria conheceu o João, ele fumava (muito).
 h. Quando o João se casou com a Maria, ela dava aulas na faculdade.

Mais uma vez, frases idênticas apenas ordenadas linearmente manifestam, em termos gerais, o mesmo tipo de relação temporal, neste caso a inclusão do evento da primeira frase no estado da segunda. (20) ilustra tal facto:

- (20) a. O João partiu o braço; era ainda muito pequeno.
 b. A Maria visitou o João; ele estava doente.
 c. Entrei; a Maria dormia/estava a dormir.
 d. O João casou-se com a Maria; ela dava aulas na faculdade.

Também nestes casos, certos factores de ordem pragmática, sobretudo dependentes do nosso conhecimento do mundo, podem interferir com a localização temporal das eventualidades em causa: assim, em (21)a,b, o estado relevante é interpretado como anterior ao evento; pelo contrário, em (21)c, ele parece receber uma leitura posterior. Notemos, contudo, que o mesmo tipo de alterações, ao nível das relações temporais, comparece, de igual forma, em construções de simples ordenação linear de frases, como as claras semelhanças interpretativas manifestadas pelos exemplos em (22) face aos de (21) parecem confirmar, o que, mais uma vez, aponta para a necessidade de um estudo conjunto destes fenómenos para os dois tipos de estrutura.

- (21) a. Quando o João adormeceu, estava a ver televisão.
 b. Quando o Jorge acordou, estava a sonhar com fantasmas.
 c. Quando Bell inventou o telefone, este era um produto muito caro.
 (22) a. O João adormeceu; estava a ver televisão.
 b. O Jorge acordou; estava a sonhar com fantasmas.
 c. Bell inventou o telefone; este era um produto muito caro.

Vamos, agora, voltar a nossa atenção para as construções que integram o Pretérito Imperfeito na oração subordinada e o Pretérito Perfeito na principal. Tal como sucede com as orações principais que ostentam Pretérito Perfeito já analisadas anteriormente, também estas apenas comparecem com eventos, básicos ou derivados. Com efeito, os estados não “faseáveis” são impossíveis em tais condições (cf. “?/? Quando eram novos, os cortinados da sala foram brancos”) e os estados “faseáveis” são previamente convertidos em processos para surgirem nestes contextos, o que a relação de inclusão que mantêm com o estado da oração subordinada parece realmente confirmar (cf. “Quando era pequeno, o João esteve doente com varicela”).

Na oração subordinada, por seu lado, ocorrem estados, quer “faseáveis”, quer não “faseáveis” (cf. (23)a,b,c,d), podendo, igualmente, surgir estados derivados a partir de eventos, mais frequentemente veiculando “progressão” (cf. (23)e,f), mas também, em certos contextos mais restritos, dando origem a uma

leitura de habitualidade ((23)g,h). A relação temporal preferencial é, também nestes casos, a de inclusão do evento no tempo do estativo. Tal interacção temporal acha-se igualmente presente nas frases de (24), mantendo-se, portanto, o paralelismo já notado entre estas estruturas.

- (23) a. Quando era ainda muito pequeno, o João partiu o braço.
 b. Quando a Maria era portuguesa, pediu para mudar de nacionalidade.
 c. Quando o João estava doente, a Maria visitou-o.
 d. Quando o João vivia em Paris, a Maria mudou-se para Londres.
 e. Quando a Maria dormia/estava a dormir, o João entrou no quarto.
 f. Quando os polícias jogavam/estavam a jogar cartas, o ladrão fugiu.
 g. Quando o João escrevia romances, ganhou um prémio literário.
 h. Quando o João trabalhava na fábrica, mudou de casa.
- (24) a. A Maria era portuguesa; pediu para mudar de nacionalidade.
 b. O João estava doente; a Maria visitou-o.
 c. Os polícias jogavam/estavam a jogar cartas; o ladrão fugiu.
 d. O João escrevia romances; ganhou um prémio literário.

Certos mecanismos, de ordem essencialmente pragmática, podem, também nestas circunstâncias, alterar a interacção típica entre as eventualidades envolvidas, tanto nas construções com *quando* como nas frases em mera sucessão no discurso. Nos exemplos seguintes, o estado precede tipicamente o evento com que co-ocorre:

- (25) a. Quando o João estava a ver televisão, adormeceu.
 b. Quando o Jorge estava a sonhar com fantasmas, acordou sobressaltado.
- (26) a. O João estava a ver televisão; adormeceu.
 b. O Jorge estava a sonhar com fantasmas; acordou sobressaltado.

Em síntese, pudemos constatar que este tipo de construções não altera em muito as propostas que temos vindo a defender, corroborando, provavelmente, a possibilidade de estabelecer uma ligação estreita entre os mecanismos que regem a localização temporal das construções com *quando* e da ordenação linear de frases.

2.1.3. O Pretérito Imperfeito

A combinação de dois Imperfeitos parece colocar novas questões às construções que envolvem *quando*. Analisaremos, resumidamente, algumas delas, com o objectivo de compreender melhor tais estruturas.

Devemos notar, em primeiro lugar, que a combinação entre dois Imperfeitos dá lugar, na maior parte dos casos, a construções quantificacionais (cf. Carecho, Cap. 3), também designadas como de “*quando* atemporal”. Esta interpretação, que não será analisada no presente trabalho, altera substancialmente a significação das orações com *quando*, que passa a poder ser parafraseado por expressões como “sempre que” ou “nas ocasiões em que”.

No entanto, existem algumas estruturas deste género, envolvendo dois Imperfeitos, em que uma leitura de localização temporal é perfeitamente possível. Assim, se em (27)a,b,c a paráfrase de *quando* por “sempre que” é aceitável (e mesmo praticamente obrigatória), ela revela-se inadequada em exemplos como (27)d,e:

- (27) a. Quando saía de casa, o Zé levava o guarda-chuva.
 b. Quando corria, a Maria ficava cansada.
 c. Quando lia o jornal, o Manuel fechava-se no quarto.
 d. Quando era pequena, a Rita chorava muito.
 e. Quando o João tinha uma casa de campo, ia lá passar férias.

A questão que agora se nos coloca é a de saber sob que circunstâncias é licenciada uma leitura temporal nestas construções. Se o Imperfeito conduz, como já referimos, a uma interpretação estativa das predicções com que ocorre, é dentro desta classe aspectual que devemos procurar a chave para a resolução do problema em causa. A hipótese de que apenas estados não “faseáveis” permitem uma leitura de localização temporal parece ser confirmada pelo contraste manifestado nos exemplos seguintes:

- (28) a. Quando estava doente, a Maria bebia chá de limão com mel.
 b. Quando a Joana era simpática com as colegas, todos se admiravam.
 c. Quando o João era jovem, bebia chá de limão com mel.
 d. Quando os cortinados da sala eram brancos, sujavam-se com facilidade.

Se em (28)a,b a leitura quantificacional parece ser a eleita (aliás, de uma forma praticamente obrigatória), como a possibilidade de substituição de *quando* por *sempre que* sugere, já em (28)c,d essa interpretação não se nos afigura aceitável, pelo que teremos que considerar a localização temporal como a única

possibilidade interpretativa para estes exemplos. Ora, o que parece diferenciar cada um dos pares referidos é a divergência, em termos de “faseabilidade”, manifestada pelas predicções estativas em causa: nas duas primeiras frases encontramos-nos perante estados “faseáveis”, o que não acontece nas segundas. Parece, pois, plausível afirmar que, quando estão envolvidos dois Imperfeitos, uma leitura de localização temporal - preferencialmente veiculando sobreposição de tempos, já que estamos sempre perante dois estados - tem lugar apenas quando, na oração subordinada, surge um estado não “faseável”.⁵ Tais restrições não se aplicam, porém, à oração principal, em que a grande maioria dos estativos pode comparecer sem problemas.

Para finalizar a discussão deste tipo de exemplos, diremos apenas que a relação temporal que despoletam - a sobreposição entre os estados - é muito semelhante à que se verifica em contextos de ordenação linear, como o contraste seguinte nos indica:

- (29) a. Quando a Maria era ainda muito pequena, gostava de contos de fadas.
b. A Maria era ainda muito pequena; gostava de contos de fadas.

2.1.4. Outros Tempos Gramaticais do Passado

Concluiremos esta secção com uma rápida referência a outros Tempos Gramaticais relacionados com a localização de eventualidades no passado que por vezes também ocorrem em construções com *quando*, designadamente o Pretérito Mais que Perfeito e o Condicional.

Tomando como ponto de partida a proposta de Peres (1994), podemos caracterizar o Mais-que-Perfeito, em termos muito simplificados, como um Tempo Gramatical que designa anterioridade relativamente a um determinado período estabelecido no passado. Isto implica, naturalmente, a existência de um Ponto de Perspectiva Temporal (cf. Kamp e Reyle (1993)) que se constitua como o “local” no passado em relação ao qual o Mais-que-Perfeito situará um novo intervalo em termos de anterioridade.

Observemos, agora, as consequências da introdução de um tal Tempo Gramatical nas construções de subordinação envolvendo *quando*:

- (30) a. Quando o João chegou, a Maria tinha lavado a louça.
b. Quando a Maria lavou a louça, o João tinha chegado.
c. Quando o polícia acordou, o ladrão tinha fugido.
d. Quando o ladrão fugiu, o polícia tinha acordado.
- (31) a. ??/* Quando o João tinha chegado, a Maria lavou a louça.
b. ???/* Quando a Maria tinha lavado a louça, o João chegou.
c. ??/* Quando o ladrão tinha fugido, o polícia acordou.
d. ??/* Quando o polícia tinha acordado, o ladrão fugiu.

Como poderemos explicar a assimetria que se verifica entre (30) e (31)? O que leva o Mais-que-Perfeito a surgir apenas na oração principal, provocando um certo grau de anomalia semântica quando ocorre na subordinada? Se tomarmos em conta as várias observações efectuadas anteriormente sobre o papel da oração introduzida por *quando*, poderemos encontrar uma pista interessante para a resolução de tal problema: se apenas a oração subordinada pode servir como Ponto de Referência para a localização da principal, não se invertendo a situação, mesmo quando a ordem entre as frases é alterada, parece lógico deduzir que também somente a oração introduzida por *quando* se poderá constituir como Ponto de Perspectiva Temporal, estando esta função vedada à oração principal. Ora, necessitando o Mais-que-Perfeito de um qualquer Ponto de Perspectiva Temporal para a sua interpretação, só poderá comparecer, nestes contextos, na oração principal, que, a acreditar no que foi dito, não terá a capacidade de licenciar o surgimento deste Tempo Gramatical na subordinada.

Notemos, todavia, que a atribuição de um Ponto de Perspectiva por parte da oração subordinada não é obrigatória; de facto, o Mais-que-Perfeito pode surgir neste contexto, desde que exista uma outra construção capaz de licenciar a sua ocorrência. Assim, em frases como as de (32), o Ponto de Perspectiva Temporal não é atribuído pela oração introduzida por *quando*, mas pela estrutura em que esta está encaixada:

- (32) a. A Maria disse que, quando tinha chegado a casa, tinha visto um fantasma.
b. O João pensou que, quando tinha saído, se tinha esquecido das chaves.

Esta proposta de análise confronta-se, no entanto, com um obstáculo difícil de ultrapassar: o que impede o Condicional, na sua interpretação de Futuro do Passado (i.e., designando um intervalo posterior a um Ponto de Perspectiva Temporal passado), de comparecer em frases como as de (33)?

- (33) a. * Quando o João chegou, a Maria partiria.
b. * Quando o Pedro abriu a porta, a Maria sairia da sala.

Mais uma vez, o confronto com frases em ordenação linear parece projectar alguma luz sobre o problema. Comparem-se os exemplos de (34) com os de (35):

- (34) a. ??/* O João chegou. A Maria partiria.
b. ??/* O Pedro abriu a porta. A Maria sairia da sala.

- (35) a. O João chegou. A Maria partiria duas semanas depois.
 b. O Pedro abriu a porta. A Maria sairia da sala pouco depois.

Os juízos de gramaticalidade subjacentes a estes exemplos revelam que o uso do Condicional com valor de Futuro do Passado requer a existência de um localizador, em geral de natureza adverbial, associado à oração em que comparece, com a função central de demarcar um intervalo de tempo relativamente independente do da frase anterior. Sendo uma das atribuições básicas da oração subordinada com *quando* a de estabelecer a localização temporal da oração principal, torna-se óbvio que um mecanismo deste género não pode funcionar em tais construções, o que os exemplos de (36) confirmam:

- (36) a. * Quando o João chegou, a Maria partiria dois meses depois.
 b. * Quando o Pedro abriu a porta, a Maria sairia da sala pouco depois.

Por outras palavras, a função de localização temporal está saturada, nestes casos, pela oração subordinada introduzida por *quando*, o que impede a comparência de outras expressões com um objectivo idêntico, requeridas, segundo parece, para a plena interpretação do Futuro do Passado. Esta conjuntura pode, pois, ajudar a explicar a incompatibilidade do Tempo Gramatical referido com as estruturas envolvendo *quando*.

Finalmente, notaremos ainda que existem algumas outras possibilidades de interacção entre Tempos Gramaticais articulados com orações envolvendo *quando* se estas comparecerem em estruturas de encaixe. Tais combinações - como a que se pode obter entre Pretérito Imperfeito do Conjuntivo na subordinada e Condicional na oração principal - exprimem quase sempre significações modais (cf. (37)).

- (37) a. O João disse que, quando chegasse, telefonaria à Maria.
 b. O João pensou que, quando ganhasse o totoloto, compraria um B.M.W..

Uma análise mais detalhada de exemplos como estes só terá êxito, no entanto, se procedermos previamente a um estudo cuidado de todos os processos de subordinação implicados, o que não está no âmbito deste pequeno trabalho. Deixaremos, por isso, a sua discussão para uma próxima oportunidade.

2.2. Os Tempos do Presente

Ao contrário do que sucede com os Tempos Gramaticais do passado, o Presente do Indicativo (pelo menos com o valor de sobreposição ao momento da

enunciação) não admite a interacção com construções de localização temporal introduzidas por *quando*. De facto, apenas leituras quantificacionais são possíveis neste contexto, como as frases seguintes ilustram:

- (38) a. Quando o João come a sopa toda, a mãe conta-lhe histórias.
 b. Quando o João sai de casa, fecha a porta à chave.
 c. Quando a Lígia viaja, leva muitas malas.

Isto significa que, quando estão integrados estados não “faseáveis” na oração subordinada, ou é alcançada uma leitura “atemporal”, com o recurso a SNs que possam designar espécies (cf. (39)), ou somos confrontados com estruturas anómalas (cf. (40)):

- (39) a. Quando um leão é pequeno, não se pode afastar do seu grupo.
 b. Quando os cortinados são brancos, sujam-se com facilidade.
 (40) a. * Quando o João é pequeno, não pode sair de casa sozinho.
 b. * Quando o João sabe francês, dá explicações aos colegas.

Dedicaremos agora alguma atenção para os Tempos Gramaticais que exprimem futuridade.

2.3. Os Tempos do Futuro

Contrariamente ao que verificámos para a expressão do passado, as construções com *quando* que localizam eventualidades num tempo futuro distanciam-se bastante das suas correspondentes em ordenação linear de frases, pelo menos no que diz respeito aos recursos utilizados. Com efeito, os Tempos do Conjuntivo são requeridos sempre que pretendemos uma localização futura em estruturas que integram *quando*, como, aliás, a comparação entre (41) e (42) confirma:⁶

- (41) a. * Quando o João vai encontrar/encontrará a Maria, vai ficar contente.
 b. * Quando o ladrão vai fugir/fugirá, os polícias vão atrás dele.
 c. * Quando a gazela vai correr/correrá, o leão vai preparar o ataque.
 (42) a. Quando o João encontrar a Maria, vai ficar contente.
 b. Quando o ladrão fugir, os polícias vão atrás dele.
 c. Quando a gazela correr, o leão vai preparar o ataque.

Se é certo que, também nestes casos, a oração subordinada se constitui como Ponto de Referência, impondo uma leitura preferencial de posterioridade ao evento descrito na oração principal, determinados factores, sobretudo de

ordem pragmática, revelam a capacidade de cancelar esta interpretação, como já sucedia, de resto, com os exemplos que integram tempos do passado. Observemos as frases seguintes, que mantêm um certo paralelismo, em termos de localização temporal relativa das situações, com as que ilustraram este ponto relativamente aos tempos do passado:

- (43) a. Quando construírem a nova ponte, vão contratar arquitectos famosos.
 b. Quando construírem a nova ponte, vão usar materiais de boa qualidade.
 c. Quando se suicidar, a Maria vai atirar-se ao rio Douro.
 d. Quando almoçarmos em casa do João, vamos comer lagosta.

Quanto à oração principal, ela pode suportar uma diversidade um pouco maior de Tempos Gramaticais que vão desde o Presente do Indicativo com valor de futuro até à construção *ir* + Infinitivo ou ao Futuro do Indicativo que torna ainda mais evidente uma leitura “modalizada”, tal como sucede com verbos da classe de *poder*, que também comparecem frequentemente nestes contextos (cf. (44)).

- (44) a. Quando ganhar o totoloto, o Reinaldo compra um B.M.W..
 b. Quando ganhar o totoloto, o Reinaldo vai comprar um B.M.W..
 c. Quando ganhar o totoloto, o Reinaldo comprará um B.M.W..
 d. Quando ganhar o totoloto, o Reinaldo pode/poderá comprar um B.M.W..

A diferença central que podemos surpreender entre estes exemplos não diz respeito à localização temporal das situações, mas ao grau de certeza que lhes é atribuído: de um grau de certeza “máximo” patenteado em (44)a vamos passando, gradualmente, ao grau de certeza “mínimo” ilustrado por (44)d.

A possibilidade de comparência de um Futuro Perfeito do Conjuntivo na oração subordinada constitui-se como um problema complexo e sobre o qual importa reflectir. Significará a aceitação de um tal Tempo Gramatical no referido contexto a capacidade de a oração principal funcionar como Ponto de Perspectiva Temporal, contrariando, dessa forma, as observações e hipóteses que temos vindo a desenvolver? A resposta parece ser negativa, já que, como os exemplos em (45) e (46) sugerem, a função do Futuro Perfeito do Conjuntivo estará basicamente associada a questões aspectuais:

- (45) a. Quando tiver ganho o totoloto, o Reinaldo compra um B.M.W..
 b. Quando tiver ganho o totoloto, o Reinaldo vai comprar um B.M.W..

- c. Quando tiver ganho o totoloto, o Reinaldo comprará um B.M.W..
 - d. Quando tiver ganho o totoloto, o Reinaldo poderá comprar um B.M.W..
- (46)
- a. Quando o João tiver saído, a Maria limpa a casa.
 - b. Quando o João tiver saído, a Maria vai limpar a casa.
 - c. Quando o João tiver saído, a Maria limpará a casa.
 - d. Quando o João tiver saído, a Maria pode/poderá limpar a casa.

A interpretação mais comumente atribuída a estes exemplos pelos falantes do Português é a de um evento incluído no Estado Consequente suportado pelo Futuro Perfeito do Conjuntivo. De facto, e ao contrário do que sucede com a maior parte dos Tempos do Perfeito nesta língua (incluindo tempos do modo conjuntivo, cf. “Se o João tivesse estado doente, não se encontraria tão bem disposto”), o Futuro Perfeito do Conjuntivo parece, efectivamente, realizar um Estado Consequente que, no presente contexto, incluiria os eventos da oração principal, tal como observámos em relação aos outros estativos aqui representados. A confirmar uma tal hipótese está a equivalência semântica entre as frases de (47) e (48), bem como a impossibilidade da ocorrência de estados e actividades neste tipo de estruturas ilustrada em (49):

- (47)
- a. Quando o João tiver escrito a tese, parte para Paris.
 - b. Quando a Maria tiver lido os livros, vai à biblioteca.
 - c. Quando o Reinaldo tiver ganho o totoloto, vai comprar um B.M.W..
- (48)
- a. Quando o João tiver a tese escrita, parte para Paris.
 - b. Quando a Maria tiver os livros lidos, vai à biblioteca.
 - c. Quando o Reinaldo tiver o totoloto ganho, vai comprar um B.M.W..
- (49)
- a. * Quando o meu casaco tiver sido verde, tinjo-o de azul.
 - b. * Quando a Maria tiver estado doente, o João vai visitá-la.
 - c. * Quando o João tiver corrido/trabalhado, vai descansar.

Alguns falantes, muito excepcionalmente, atribuem um certo grau de anomalia a casos como os de (45)a,b ou (46)a,b, associando ao Futuro Perfeito do Conjuntivo um efeito de “modalização” da oração principal. Apesar de os juízos de gramaticalidade descritos não serem, de modo nenhum, consensuais, esse facto não invalida, só por si, a tentativa de análise sugerida. Com efeito, mesmo para falantes que admitem a perfeita aceitabilidade deste tipo de estruturas, elas podem manter, ainda que muito raramente, um certo grau de “modalização”, como a equivalência semântica, por vezes aceite, entre as frases seguintes leva a crer:

- (50) a. (??/*) Quando tiver acabado os deveres, o João sai.⁷
 b. Quando tiver acabado os deveres, o João pode/poderá sair.

Os dados disponíveis até ao momento presente levam-nos a considerar válido o princípio geral de que o efeito predominante do Futuro Perfeito do Conjuntivo, em construções como estas, não é tanto o de impor qualquer relação temporal específica entre as situações envolvidas, mas antes o de remeter para uma leitura essencialmente “aspectual” da relação entre os estados de coisas, através da incorporação de um Estado Consequente na oração subordinada, e, excepcionalmente, também “modal” no que respeita à oração principal.

3. Conclusão

Com base na discussão levada a cabo até ao momento, procuraremos lançar algumas pistas para uma tentativa de caracterização das estruturas envolvendo *quando*.

Em primeiro lugar, importa referir que existe uma grande semelhança, em termos de condições de localização temporal relativa das situações, entre as construções com *quando* e as frases linearmente ordenadas no discurso, pelo que nos pareceu interessante proceder a uma aproximação, mesmo que parcial, destas duas realidades.

Atendendo às múltiplas analogias, surpreendidas ao longo deste trabalho, que se verificam entre as estruturas citadas, propusemos que a oração subordinada introduzida por *quando*, à semelhança da primeira frase de uma sequência discursiva, determina o Ponto de Referência Temporal, podendo, por vezes, ser também o suporte do Ponto de Perspectiva; a localização temporal da situação da oração principal, tal como a de uma segunda frase numa ordenação linear, é avaliada em função destes dois elementos, bem como de outros factores que possam interferir na interpretação global do discurso.

Sejam quais forem os princípios que regem a localização temporal dos estados de coisas em construções envolvendo *quando*, deverão ser semelhantes, pelo menos até certo ponto, aos que se aplicam à globalidade das relações temporais no discurso.

Poderemos, pois, conceber o *quando* com valor temporal como um “localizador” mais ou menos “neutro” quanto à imposição de uma determinada ordem relativa entre as situações envolvidas. De facto, a principal função deste elemento parece ser a de saturar, com a eventualidade que lhe está associada, as possibilidades de localização temporal para a oração principal - daí a inaceitabilidade de frases como “* Quando a Maria saiu às cinco, o João entrou às cinco e dez” — sem, no entanto, impor restrições adicionais em termos de relação temporal entre as situações.

Notas

1 Num enquadramento como este, um tratamento adequado de (1)a parece requerer, em nossa opinião, a postulação de uma “fase” pré-preparatória ou de um Estado Preliminar, de resto considerado necessário independentemente da análise deste tipo de estruturas (cf. Cunha (1998), 1.5.).

2 Este conceito, apresentado de uma forma bastante vaga, e referido também como “relação de contingência”, conglobera em si elementos de cariz muito diversificado: com efeito, este termo parece recobrir noções que vão desde a causalidade ou da “response” até à mera “pertinência”.

3 Nos casos sob análise, a relação explícita de causalidade em (a) e factores de ordem pragmática que têm que ver com o nosso conhecimento do mundo e as ligações típicas entre situações em (b) e (c) parecem sobrepor-se aos princípios gerais que regem, em termos somente preferenciais, a ordenação temporal entre eventualidades, impondo, conseqüentemente, a estas frases interpretações diferentes.

4 Para além da conexão temporal entre as orações, que tem sido o objecto da nossa análise, estes dois exemplos manifestam, adicionalmente, uma forte relação de causalidade (ausente, contudo, em (22)c) que, no entanto, em nada interfere com a discussão que temos estado a desenvolver.

5 Devemos sublinhar que a “faseabilidade” não se constitui como uma oposição de traços bipolares, mas, pelo contrário, como uma entidade graduável. Isto significa que, em muitos casos, os estativos podem ter um comportamento ambíguo entre [+faseáveis] e [-faseáveis]. Por exemplo, a predicação “A Maria viver em Paris” comporta-se como um estado “faseável” em (I), já que se combina, sem problemas, com a forma progressiva, mas ostenta propriedades de estados não “faseáveis” em (II), na medida em que dá origem a uma certa anomalia semântica quando combinada com o operador aspectual *começar a*.

(I) A Maria está a viver em Paris.

(II) * A Maria começou a viver em Paris.

Não surpreende, portanto, que tal ambivalência se verifique também em estruturas envolvendo *quando*: em orações principais e combinada com o Pretérito Perfeito, esta sequência manifesta o comportamento típico dos estados “faseáveis”, deixando-se, por exemplo, incluir no estado da oração subordinada de (III); combinada com o Imperfeito e fazendo parte integrante da oração subordinada, a mesma cadeia linguística revela características próprias dos estados não “faseáveis”, nomeadamente incompatibilizando-se com uma leitura quantificacional e remetendo para uma interpretação de localização temporal (cf. (IV)):

(III) Quando era pequena, a Maria viveu (dois anos) em Paris.

(IV) Quando vivia em Paris, a Maria gostava de passear à noite.

6 O uso do Conjuntivo para exprimir futuridade, nestas condições, não nos parece, de todo, surpreendente: os acontecimentos futuros não podem ser “recordados” ou “verificados”, mas apenas “previstos” ou “imaginados”, o que lhes confere um carácter até

certo ponto “modalizado”. A aproximação entre “mundos possíveis” e “futuros ramificantes”, proposta, entre outros, em Dowty (1979), parece corroborar, em certa medida, uma tal ideia.

7 A notação apresentada neste exemplo pretende dar conta de casos em que a não aceitabilidade está, de algum modo, restringida ou limitada. Aqui, apenas uma minoria de falantes, para quem a interpretação desta frase está condicionada por factores relacionados com a modalidade, manifesta as suas reservas em termos de plena aceitação destas frases.

Referências bibliográficas

- BACH, E., (1981), “On Time, Tense, and Aspect: An Essay in English Metaphysics”, in P. Cole (ed), *Radical Pragmatics*, New York, Academic Press.
- BENNETT, M. e B. PARTEE (1978), *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*, Indiana, Indiana University Linguistics Club.
- BINNICK, R., (1991), *Time and the Verb. A Guide to Tense and Aspect.*, Oxford, Oxford University Press.
- BORILLO, A. (1988) “Quelques Remarques sur Quand Connecteur Temporel”. *Langue Française*. N° 77, 71-91.
- CARECHO, J., (1996), *Sobre a Semântica das Construções com Quando*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CARVALHO, H., (1984), “Temps et Aspect: Problèmes Généraux et leur Incidence en Portugais, Français et Russe”, *Estudos Linguísticos*, 3º Vol, Coimbra, Coimbra Editora, 201-235.
- CUNHA, C. E CINTRA, L., (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições Sá da Costa.
- CUNHA, L. F., (1998a), *As Construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*, Dissertação de Mestrado, Porto, F.L.U.P..
- CUNHA, L. F., (1998b), “Breve Análise Semântica de Alguns Operadores Aspectuais do Português” in *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Aveiro, 447-462.
- DAHL, O., (1985), *Tense and Aspect Systems*, Oxford, Basil Blackwell Ltd.
- DECLERCK, R., (1991), *Tense in English: its Structure and Use in Discourse*, London and New York, Routledge.
- DECLERCK, R., (1997), *When-Clauses and Temporal Structure*, London and New York, Routledge.
- DOWTY, D., (1979), *Word Meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, Reidel Publ. Comp..
- DOWTY, D., (1986), “The Effects of Aspectual Class on the Temporal Structure of

- Discourse: Semantics or Pragmatics?", *Linguistics and Philosophy*, Vol. 9, N.º 1, 37-62.
- GARRIDO, A., (1996), *Expressões Temporais de Duração em Português Europeu*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- KAMP, H. e U. REYLE, (1993), *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- KRATZER, A., (1989), "An Investigation of the Lumps of Thought", *Linguistics and Philosophy*, Vol. 12, N.º 5, 607-653.
- LOPES, A., (1995), "Tempo, Aspecto e Coesão Discursiva", *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. III, Lisboa, 351-371.
- LOPES, O., (1972), *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LYONS, J., (1978), *Semantics*, Vol. 2, Cambridge, Cambridge University Press.
- MATEUS, M. H., et al., (1989), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho.
- MEULEN, A. ter, (1983) "The Representations of Time in Natural Language" in A. ter Meulen (ed), *Studies in Modeltheoretic Semantics*, Dordrecht, Foris.
- MOENS, M., (1987), *Tense, Aspect and Temporal Reference*, Edinburgo, Tese de Doutoramento.
- MOENS, M., e M. STEEDMAN (1988) "Temporal Ontology and Temporal Reference", *Computational Linguistics*, 14.
- MÓIA, T., (1994), "Aspectos da Semântica das Expressões Temporais com Desde e Até", in *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.
- OGIHARA, T., (1996) *Tense, Attitudes and Scope*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- OLIVEIRA, F., (1985), "Future in Portuguese: some Time and/or Modal Aspects", in *Actas do I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa*, 354-373.
- OLIVEIRA, F., (1991)b, "Funções Discursivas de Alguns Tempos do Passado em Português", in *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes*, Porto, A.P.L., 165-185.
- OLIVEIRA, F., (1992), "Algumas Questões Sobre Tempo e Aspecto", *Cadernos de Semântica* 9, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- OLIVEIRA, F. (1998) "Algumas Questões Semânticas acerca da Sequência de Tempos em Português", *Revista da Faculdade de Letras "LÍNGUAS E LITERATURAS"*, Porto, XV, pp. 421-436.
- OLIVEIRA, F., e A. LOPES (1995) "Tense and Aspect in Portuguese" in R. Thieroff (ed) *Tense Systems in European Languages*, Vol. II, Tübingen, Niemeyer, 95-115.

VALORES TEMPORAIS DAS ORAÇÕES COM *QUANDO*

- PERES, J., (1993). "Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese", *Cadernos de Semântica*. 14, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VIEGAS, M., (1996), *Aspectos da Semântica dos Localizadores Temporais em Português*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.